

Clipping Diário

TJPI



06/05/2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Política Dinâmica	04.05.19		

TJ-PI leva serviços de Mediação e Conciliação para população de Teresina

SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EQUIPES DO CEJUSC E NUPEMEC FORAM DE AGENDAMENTO DE SESSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL ENVOLVENDO DIREITO DE FAMÍLIA

04/05/2019 05:11

Unidades disseminadoras da política de mediação no âmbito do Judiciário, do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) participaram do “União em Ação,” onde prestaram esclarecimentos e informações à população local. A ação aconteceu na Praça Filomeno Rego, e foi realizada em parceria com a Prefeitura de União, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município. Participaram do evento, além dos mediadores voluntários e servidores do TJ-PI, a magistrada da Vara Única da comarca de União, juíza Mariana Cruz Almeida Pires.

Os serviços prestados pelas equipes do Nupemec e Cejusc consistiram no agendamento de sessões de conciliação e mediação pré-processual, envolvendo questões de família e cível, direitos de vizinhança, danos morais e materiais, pensão alimentícia, guarda de filhos, exoneração de pensão de alimentos e divórcio.

De acordo com a coordenadora de Políticas Judiciárias de Cidadania, Patrícia Barros, mais de 100 atendimentos foram prestados aos cidadãos quanto a esclarecimentos e encaminhamentos para inscrições de casamento civil, informações sobre retificação de documentos, suprimentos de registro civil e de registro de óbito (com ou sem declaração) e tira-dúvidas na área de mediação digital, na plataforma consumidor.gov.br.

Na oportunidade, foram divulgadas também informações pertinentes à jornada da Justiça Itinerante que será realizada entre os dias 20 e 24 de maio, em Teresina, com participação da Defensoria Pública Estadual.

FONTE: *Com informações da Assessoria*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Política Dinâmica	04.05.19		

Juiz Luiz de Moura recebe título de Cidadão Piauiense na Assembleia

MAGISTRADO DESENVOLVEU O PROGRAMA 'RESSOCIALIZAR PARA NÃO PRENDER' NO ÂMBITO DO TJ E AGORA ESTÁ NA CORREGEDORIA

04/05/2019 05:17

O juiz auxiliar da Corregedoria, Luiz de Moura Correia foi agraciado na sessão especial da Assembleia Legislativa com o título de cidadão piauiense. Numa proposição do deputado Zé Santana (MDB), a sessão foi presidida pelo deputado Themístocles Filho (MDB), e ainda contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Sebastião Ribeiro Martins; do Corregedor Geral da Justiça, desembargador Hilo de Almeida Souza; do comandante da Polícia Militar, Coronel Lindomar Castilho; do juiz Tiago Brandão, presidente da Associação dos Magistrados do Brasil; do tenente-coronel Costa Lima, corregedor da PM-PI; do vereador Joaquim do Arroz, representando a Câmara Municipal; do vereador e secretário do município, Venâncio Cardoso, representando o prefeito Firmino Filho, além de representantes dos Ministério Público estadual e federal, juízes e servidores do Tribunal de Justiça, além de amigos e familiares do Magistrado.

No seu discurso, o deputado Zé Santana ressaltou o trabalho do juiz, que é reconhecido em todo país. “Dr. Luiz Moura é um exemplo de ética, honra e de cidadania nas suas decisões como magistrado e tem um longo tempo de serviços prestados à sociedade piauiense desde quando começou a trabalhar em Caracol em 1996. É com muita honra que hoje Dr. Luiz é um verdadeiro presente do Rio de Janeiro para o Piauí, um grande exemplo de boas práticas, por duas vezes consagrado pelo maior prêmio jurídico do país, o Inovare”, disse o deputado, que ressaltou as principais ações da carreira do Dr. Luiz Moura como Magistrado.

Visivelmente emocionado, Luiz de Moura agradeceu ao deputado Zé Santana pela proposição, lembrou dos tempos da universidade, quando conheceu o presidente da Assembleia Themístocles Filho e ainda falou das épocas difíceis do começo de carreira. “Além de ser um momento impar da minha vida ele se tornou o momento mais importante, já que posso ver aqui, com vida e saúde, a minha mãe, Maria Elza de Moura Correia, meus irmãos, minha esposa Eliane, meus filhos, e grande parte dos meus irmãos, todos juntos”, disse.

Natural do Rio de Janeiro, o magistrado ainda destacou seus projetos e sua luta que contou com o apoio do Poder Legislativo, através dos deputados Zé Santana (MDB), Flora Izabel (PT), Franzé Silva (PT) e Henrique Pires (MDB). “O Projeto Ressocializar para Não Prender foi reconhecido como um dos maiores programas anti-drogas do país, fugindo da ideia simples de prender, mas principalmente ajudando a essas pessoas a terem uma nova vida”, disse o Juiz.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sebastião Ribeiro Martins disse que todo Poder Judiciário está honrado com o título. “Dr. Luiz Moura tem um trabalho fantástico na área social, reconhecido em todo país. Ele é motivo de orgulho para todos nós”, destacou.

Em nome da Corregedoria Geral da Justiça, o desembargador Hilo de Almeida, falou do orgulho de ter como um dos seus auxiliares, um magistrado como Dr. Luiz Moura. “Quem conhece sabe o quanto Dr. Luiz Moura é dedicado e absolutamente apaixonado pelo que faz. É uma cabeça fervilhante de ideias, que sonha e que realiza. Esse título é mais que merecido e todo judiciário piauiense se sente realmente homenageado”, garantiu o Corregedor.

CARREIRA

Entre os principais feitos da sua carreira, o Dr Luiz Moura foi designado em 2013 para atuar na Central de Inquéritos, tendo iniciado as atividades desse órgão de apoio às Varas Criminais de Teresina. Em 2015, quando da instalação das audiências de custódia, forjou, através de parcerias, um verdadeiro complexo no subsolo do Fórum Joaquim de Sousa Neto, possibilitando que o preso ao chegar, seja imediatamente submetido a exame de corpo de delito, realizado por médico do IML, a fim de apurar eventuais maus tratos. O preso ainda é entrevistado por equipe multidisciplinar, composta por psicólogos e assistentes sociais da SASC e SEJUS, onde é confeccionado relatório psicossocial a fim de subsidiar o magistrado em sua decisão.

Ainda a frente da Central de Inquéritos, foi idealizador do Projeto “Ressocializar para não Prender”, verdadeira rede de apoio que consiste num conjunto articulado de pessoas e instituições governamentais, além de outras entidades de iniciativa social com fins humanitários, que atuam na prevenção ao crime, amparando aquele ser humano que não precisa ficar preso, oferecendo estratégias políticas, econômicas, sociais e culturais para superar conflitos de forma produtiva, com o propósito de restaurar a dignidade e preservar a condição humana.

O modelo de audiência de custódia da Capital teve o reconhecimento do CNJ, que manifestou a intenção de disseminá-la pelo país.

Foi ainda autor de duas decisões pioneiras no país: bloqueio do WhatsApp em razão de descumprimento de decisão judicial e prisão por estupro virtual.

FONTE: *Com informações da Assessoria*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Teresina Diário	05.05.19		

Idoso é condenado a 32 anos de prisão por abusar de bisnetas no Piauí

O homem as intimidava dizendo que se caso elas contassem para alguém, ele mataria elas e seus pais.

Por Victor Melo

05/05/2019 13:44

Um idoso de 83 anos identificado como João Batista Carneiro, conhecido popularmente como "João Rita", morador da localidade Olho D'água, na zona rural de Cocal, no norte do Piauí, foi sentenciado a uma pena de 32 anos, dois meses e 14 dias de prisão pelos crimes de abuso sexual praticados a suas duas bisnetas, uma criança com idades de 08 e outra de 10, na época do crime.

O homem as intimidava dizendo que se caso elas contassem para alguém, ele mataria elas e seus pais. A decisão foi assinada no dia 26 de fevereiro de 2019, pelo Dr. Carlos Augusto Arantes Júnior, juiz titular da Comarca de Cocal-PI. As informações são do [Blog do Coveiro](#).

As investigações em torno do caso iniciaram após alguns familiares do lavrador aposentado, que também são parentes das crianças, denunciarem os supostos abusos ao Conselho Tutelar, que de imediato articulou a formalização da queixa-crime na Delegacia de Polícia Civil de Cocal.

As vítimas informaram com riquezas de detalhes que os abusos vinham acontecendo há mais de 03 anos. Os familiares não suspeitavam e nem haviam tomado conhecimento do que estava acontecendo antes, porque as crianças eram ameaçadas pelo bisavô.

A prisão

O inquérito policial que resultou na prisão do idoso se deu através da Delegada Daniella Dinali, que ao tomar conhecimento dos fatos e diante da robustez das provas, solicitou ao judiciário a prisão preventiva do acusado, que foi prontamente deferida, sendo cumprida por uma equipe de policiais civis, que efetuaram a prisão do acusado na manhã do dia 13 de setembro de 2018.

Desde esse período, o idoso encontra-se recolhido na Penitenciária Mista de Parnaíba, onde deverá permanecer cumprindo a sua pena, em razão do juiz ter negado ao condenado o direito de recorrer da sentença em liberdade.

João Batista é assistido pela Defensoria Pública, que ingressou com recurso de apelação interposta inicialmente em segunda instância junto ao Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Viagora	04.05.19		

Piauí

TJ-PI recebe equipe do CNJ para universalização de sistema

A comitiva, formada por dois juízes e 10 servidores, trabalhará em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

- **DA REDAÇÃO**

04/05/2019 11h36

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) receberá, a partir da próxima segunda-feira (6), equipe do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atuará no apoio à universalização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) no Piauí. A comitiva, formada por dois juízes e 10 servidores, trabalhará em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Piauí (GMF-PI) e permanecerá no Estado até o dia 17 de maio.

A vinda da equipe do CNJ ao Piauí é uma contrapartida ao apoio prestado pelo TJ-PI aos Tribunais de Justiça dos Estados da Bahia e do Espírito Santos, nos meses de fevereiro e março, respectivamente, com o mesmo objetivo. De acordo com o juiz titular da Vara de Execuções Penais da comarca de Teresina, José Vidal de Freitas Filho, 80% dos processos de execução penal do Piauí já estão cadastrados no SEEU. “Agora, nosso objetivo é implementar no sistema os outros 20%”, explica o magistrado. O Piauí foi um dos primeiros estados da federação a adotar o sistema, no ano de 2016.

Além da equipe do CNJ, 20 servidores do TJ-PI também atuarão no cadastramento de todos os processos de execução penal no Sistema. As atividades da força-tarefa serão realizadas na Escola Judiciária do Estado do Piauí.

SEEU

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado é um processo judicial eletrônico que permite o controle informatizado da execução penal e das questões relacionadas ao sistema carcerário brasileiro. Entre outras vantagens, “o SEEU facilita, inclusive, o Sistema Antecipado de Apreciação

de Benefícios (SAAB), porque informa a data em que o apenado vai completar o tempo para benefícios”, acrescenta o magistrado José Vidal. “Com isso, fica mais fácil de cumprir essa apreciação antecipada, de mandar antes para o promotor, decidir antes e efetivar o dia, sendo um sistema de grande ajuda”, finaliza.